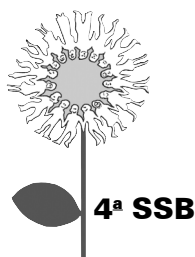


O BRASIL QUE QUEREMOS

ASSEMBLÉIA POPULAR MUTIRÃO POR UM NOVO BRASIL

Brasília, 25 a 28 de outubro de 2005



Equipe de Sistematização dos debates da
Assembléia Popular e das contribuições
vindas das Assembléias anteriores:

Ivo Poletto (organizador)

Maria Luisa Mendonça

Fátima Sandalhel

Roberto Malvezzi

Ricardo Gebrim

Ilustrações:

Nilson Azevedo

Diagramação:

Licurgo S. Botelho

Revisão:

Paulo Maldos

Priscila D. Carvalho

Editora Expressão Popular

B823

O Brasil que queremos : assembléia popular mutirão por um novo Brasil /
Rede Jubileu Sul Brasil –1.ed.– São Paulo : Expressão Popular, 2006.
80 p. : il.

Textos apresentados na 4ª Semana Social Brasileira, realizada de 25
a 28 de outubro de 2005 em Brasília.

Indexado em GeoDados-<http://www.geodados.uem.br>
ISBN 85-87394-91-6

1. Assembléia popular. 2. Projeto popular. 3. Mutirão social. 3. I. Rede
Jubileu Sul Brasil. II. 4º Semana Social Brasileira. III. Título.

CDD 21.ed. 323.042

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	7
I BRASIL: EIXOS TEMÁTICOS DE UM PROJETO POPULAR	13
1 Valores, gênero e etnias	13
2 Sistema político	19
3 Soberania e relações internacionais	26
4 Trabalho	31
5 Cidades	35
6 Campo	39
7 Economia	43
8 Comunicação	45
9 Educação e cultura	47
10 Saúde	51
II BRASIL: UNIDADE DE BIOMAS E REGIÕES SOCIOCULTURAIS	55
1 A Amazônia	57
2 O Cerrado	62
3 O Pantanal	66
4 A Caatinga (Semi-Árido)	68
5 A Mata Atlântica	75
6 O Pampa	78

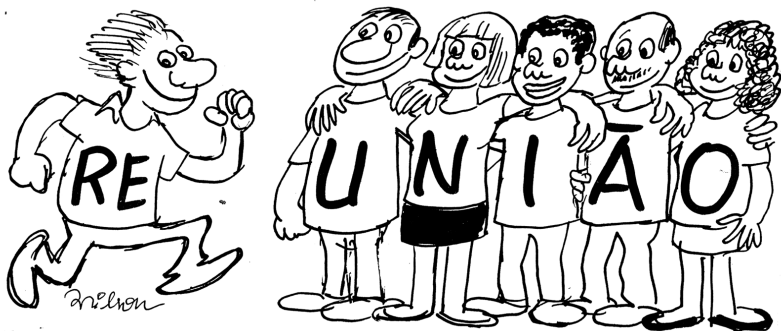
Aos lutadores e
lutadoras do povo,
que sempre
construíram a nossa
História e, em todos
os cantos do Brasil,
preparam
solidariamente o
nosso futuro.

APRESENTAÇÃO

O sonho, que parecia impossível, tornou-se realidade. Realizamos a Assembléia Popular – Mutirão por um Novo Brasil. Foram mais de oito mil participantes, que vieram com sacrifício, mas também com grande esperança, de todas as regiões do país. Trouxeram consigo a riqueza das diversificadas experiências de luta e de construção de alternativas, a riqueza das diferentes culturas, os sonhos e as propostas de caminhos para construir, juntos, um Brasil efetivamente novo.

Toda esta riqueza foi vivida em conjunto, e deu continuidade ao exercício de construção coletiva iniciada nas Semanas Sociais Brasileiras, nas Assembléias Populares e em outras atividades promovidas por redes e organizações populares.

A Assembléia utilizou diferentes formas de expressão e comunicação. Se foi significativo o uso da palavra, mais forte foi a linguagem simbólica, presente nas expressões artísticas, nas encenações, nas vivências de mística.



A Assembléia foi um exercício de cidadania, uma expressão do poder soberano do povo. Sua vontade e seus compromissos foram expressos através de documentos. Num deles, ficou clara a análise da situação em que vive o país, indicando a necessidade de mudanças profundas em favor dos direitos de todas as pessoas. Em outro, anunciou-se os próximos passos de ação unitária das redes, movimentos e organizações presentes. O terceiro documento é este que será apresentado aqui. Ele tem uma história mais longa - como se pode ver na Introdução. Foi modificado e enriquecido pelo trabalho dos participantes da Assembléia e foi assumido como um documento de orientação estratégica, como indicação das transformações e do longo caminho que deverá ser seguido para chegar ao Novo Brasil desejado.

A decisão de continuar dizendo que este documento é um instrumento de trabalho é muito importante. Ele não é um ponto final, algo que está pronto ou que não pode ser complementado. É, sem dúvida, uma obra de grande valor, construída por milhares de pessoas, e que deve ser assumida como ponto de referência para as ações que serão desenvolvidas em todo o país e nas regiões socioculturais, os biomas brasileiros. Mas continua em construção. Continua sendo um instrumento de trabalho para as próximas Assembléias Populares e demais ações locais, regionais e nacionais. Este documento representa um passo decisivo rumo a um projeto popular para nosso país.

Façamos bom uso desta obra coletiva. Avancemos nas lutas e na capacidade de elaborar um projeto cada vez mais completo do Brasil que Queremos.

Brasília, dezembro de 2005

***Coordenação e Equipe de Sistematização da
Assembléia Popular – Mutirão por um Novo Brasil***

INTRODUÇÃO

Retomando o processo

Os movimentos sociais, as igrejas e pastorais sociais, as organizações da sociedade civil, as redes e fóruns de mulheres e homens, do campo e das cidades, as forças sociais, enfim, todos os responsáveis por esta Assembléia Popular – Mutirão por um Novo Brasil estão chegando de um longo caminho.

Só no último ano foram realizadas mais de duzentas Semanas Sociais em todas as regiões do país, e muitas foram as Assembléias Populares que se reuniram em todos os Estados. Junto com ações de outras entidades e redes, este processo foi um esforço significativo em favor da articulação das forças sociais que desejam um país melhor para todos os brasileiros e brasileiras.

Faz mais tempo, contudo, que esta empreitada teve início. Aconteceram, desde 1994, outras três Semanas Sociais Brasileiras, e delas nasceu a Campanha Jubileu, que agora se une em assembléia com a 4ª Semana Social Brasileira. Foi delas que nasceu também o Grito dos Excluídos. Coube à Campanha Jubileu a organização dos memoráveis Plebiscitos Populares sobre a Dívida Externa e o FMI, em 2000, e sobre a Alca e a Base de Alcântara, em 2002. Cabe a ela, até hoje, alimentar a consciência de que somos credores desta dívida, e não devedores. A campanha mantém vivas as lutas pela auditoria cidadã da dívida, pela anulação da dívida externa, contra a Alca, contra a militarização estadunidense e contra o domínio absoluto do livre mercado capitalista promovido pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Um dos avanços dessa caminhada foi a definição geral de que tipo de país queremos ser, resumida assim: um país politicamente democrático; economicamente justo; socialmente equitativo e solidário; culturalmente plural; ambientalmente sustentável. Deseja-se tudo isto como obra de toda a sociedade, de uma cidadania ativa que exige seus direitos, que radicaliza a democracia, participando nas decisões que dizem respeito à vida, em todos os seus âmbitos e dimensões.

A situação atual

A situação de nosso povo continua uma tragédia. Não foram enfrentados os grandes desafios da nação. A terra continua concentrada, já que a Reforma Agrária não avançou como devia. O desemprego e a desocupação continuam altíssimos, já que as políticas públicas e as iniciativas privadas não favoreceram a criação de oportunidades de trabalho. A remuneração do trabalho continua uma das mais baixas do mundo. A maioria da população continua sobrevivendo com menos de dois salários mínimos mensais, e muitos só contam com dois reais por dia para sobreviver. O trabalho continua desvalorizado, de modo especial o dos jovens, das mulheres, dos negros e negras. A educação e a saúde estão longe de ser direitos universais, e a falta de garantia de água potável e de saneamento ambiental são ameaças constantes à saúde pública. As cidades continuam um caos, sem planejamento, com falta de moradias dignas, com índices de violência assustadores. E o meio ambiente continua descuidado, aumentando sua degradação.

Por outro lado, nosso país continua voltado para a exportação principalmente de matéria prima e produtos agrícolas, o que contribui para a degradação do meio ambiente e para a concentração da terra. Esta política serve apenas para garantir o pagamento dos juros das dívidas externa e interna e para beneficiar grandes empresas. Continua sendo promovida a grande propriedade do agronegócio e seu tradicional poder oligárquico. A exportação agrícola se beneficia através da

exploração do trabalho (inclusive do trabalho escravo), da degradação do solo e do meio ambiente, além de contar com privilégios no acesso a recursos públicos.

Continuamos pagando os juros mais altos do mundo, e isso transfere renda dos pobres para os ricos, aumentando ainda mais a concentração da riqueza e da renda nas mãos de poucos. Continuamos, por isso, sendo um dos países campeões em desigualdade social - um país profundamente injusto. Aumentamos nossa dependência, principalmente de tecnologias, fruto do descaso e da desvalorização da pesquisa. Somos, enfim, exportadores do que falta em outros países, já que os produtos que exportamos consomem grande quantidade de água, energia e trabalho mal remunerado.

Cresce, por causa disso tudo, o grito para que se olhe, escute e pense o Brasil a partir das suas diferentes regiões. Não só nem principalmente como divisões geopolíticas. É preciso retomar o Brasil como uma rica unidade de áreas socioculturais e biomas diferentes. Aparecem, e cada vez mais fortes, gritos que vêm dos povos e do meio ambiente da Amazônia, do Cerrado, do Pantanal, do Semi-Árido, dos quase destruídos biomas Mata Atlântica e Pampa. A implantação de iniciativas agropecuárias, de atividades industriais e de cidades de forma padronizada, sem levar em conta as potencialidades e fragilidades típicas de cada bioma causou, e segue causando, numa velocidade irresponsável, danos provavelmente irreparáveis à necessária harmonia dos fatores que favorecem a vida em cada um deles.

O Brasil na crise civilizatória

O Brasil vive, junto com outros povos e nações do mundo, um tempo de profundas crises e transformações. A modernidade capitalista neoliberal não responde aos anseios de justiça, liberdade, igualdade. Ao contrário, ao tornar tudo mercadoria, inclusive a vida humana, ao impor um ritmo de progresso econômico que esgota os bens naturais, aumenta a poluição do

meio ambiente e o aquecimento do planeta, provoca desastres naturais e sociais cada vez mais catastróficos e agrava a crise de valores e de sentido da própria vida.

A humanidade vive um tempo de crise da civilização dominante e de transição para outros paradigmas civilizatórios. Porém, junto com o descontentamento e a revolta, cresce a consciência de que outro mundo é possível e necessário. Não só. Cresce o número de pessoas, comunidades, movimentos e organizações empenhadas nesta construção. É nesse contexto que nos propomos a tarefa da organização do mutirão por um novo Brasil. Nada de reformas superficiais. Buscamos transformações profundas, estruturais, que tornem possível outra economia, outra política, outra convivência com as pessoas e com o meio ambiente, outra cidade, outra agricultura, e tudo isso tendo como base outros valores – a diversidade de nossa cultura.

Os desafios centrais

Pelo que se tem percebido nos debates da Assembléia Popular e de antes dela, sistematizados neste documento, temos pela frente, entre muitos outros, quatro desafios centrais.

Primeiro: dar um passo adiante na criação de oportunidades de informação e formação que possibilitem o crescimento da consciência crítica da população sobre a realidade do país.

Segundo: dar um passo adiante na prática da democracia direta, definindo mais claramente o que cabe às forças sociais e ao Estado, e definindo como as forças sociais mobilizarão o povo para exigir consulta direta, por meio de plebiscitos, sobre temas e políticas que interessam a todas as pessoas, e para exigir a participação majoritária da sociedade nos espaços de controle das políticas públicas.

Terceiro: dar um passo adiante na articulação das forças sociais, estabelecendo prioridades de ação unitária, visando uma presença mais eficaz no processo de transformação do país. E

uma articulação que retome e renove, na prática das diferentes iniciativas, os princípios e os valores que se deseja para a construção do Novo Brasil.

Quarto: dar um passo adiante na capacidade de pensar e construir o Brasil como uma unidade de biomas e áreas socioculturais diferentes. Trata-se de uma unidade que só pode ser construída a partir de cada bioma, da iniciativa da cidadania dos povos de cada uma dessas regiões, reconhecida, assumida e apoiada por todo o país.

Com estes passos, teremos condições de avançar na direção de lutas e conquistas que representem uma ruptura com todo tipo de práticas e de ideologias de dominação, de exploração e de subordinação.

É fundamental que continuemos firmes nos objetivos que nos levaram à Assembléia Popular – Mutirão por um Novo Brasil: reconhecer iniciativas que já contribuem para a construção do novo país e somar novas forças para apressar esse processo. E não perder de vista que esse processo, na direção da democratização radical e da socialização dos bens da natureza e dos frutos do trabalho, só acontecerá de forma plena com o protagonismo dos setores populares.



I

BRASIL: EIXOS TEMÁTICOS DE UM PROJETO POPULAR



1 VALORES, GÊNERO E ETNIAS

Queremos ser um país reconhecidamente plural que assegure a democratização econômica, social e política, rompendo com preconceitos e discriminações ligadas ao gênero, à cor, à etnia, às orientações sexuais, classes sociais e crenças religiosas; que respeite e garanta os direitos das crianças, dos (as) jovens e idosos (as).

Um país que promova o poder popular como fonte soberana em relação a decisões que dizem respeito à nossa sociedade.

1.1 Um país constituído de mulheres e homens conscientes das potencialidades de suas localidades e de suas regiões, de seu poder de transformar a realidade: as questões que envolvem a sociedade devem ser discutidas pela própria sociedade; pessoas que participem de maneira engajada na vida de suas comunidades, de organizações e movimentos sociais, profissionais, políticas, culturais, artísticas ou religiosas, na luta por direitos fundamentais.

1.2 Um país assentado sobre a igualdade entre homens e mulheres, que se expresse em todas as relações sociais, econômicas, culturais e políticas nos diferentes espaços e situações vividas.

1.3 Um país que combata a opressão de gênero/etnia e a exploração de classe, respeitando as diferenças regionais e o significado que os sujeitos sociais atribuem às suas experiências.

1.4 Um país que assuma sua origem histórica, cultural, constitutiva de princípios e valores, vivenciando novas relações de gênero e etnias, como fundamento básico do novo projeto popular para o Brasil.

1.5 Um país que crie condições objetivas e subjetivas para o exercício das novas relações de gênero e etnia, nos diferentes espaços de poder.

1.6 Um país soberano, que valorize o poder popular, a autodeterminação, o fortalecimento dos povos, o respeito à diversidade, à solidariedade, à generosidade, à lealdade, à justiça, à igualdade.

1.7 Um país que reconheça, valorize e se fortaleça com suas comunidades tradicionais, povos indígenas, comunidades afro-descendentes, remanescentes de quilombos e que garanta a esses povos o direito a seu território, em boas condições ambientais, assegurando sua reprodução física e cultural, sua continuidade histórica com autonomia econômica, política, cultural e religiosa.

1.8 Um país que promova e execute a educação diferenciada nas comunidades indígenas, contribuindo com a diversidade cultural de cada povo.

1.9 Um país que valorize as culturas e tradições de descendentes de imigrantes europeus e asiáticos.

1.10 Um país que estimule entre os países da América Latina a integração das línguas predominantes (português e espanhol), como possibilidade de intercâmbio e constituição de identidade latino-americana.

1.11 Um país que assuma sua dívida histórica com os povos indígenas, comunidades negras, quilombolas, mulheres e pessoas com diferentes orientações sexuais, entendendo que a luta anti-racista, anti-etnocentrista e anti-sexista é parte de um projeto estratégico de emancipação nacional. A luta anti-racista se entrelaça com o reconhecimento das propostas históricas da população negra por um Brasil melhor para todos e todas, assentadas em sua contribuição cultural e política. E vai além da necessária, mas limitada, postura contra injustiças sócio-raciais.

1.12 Um país que viabilize acesso aos meios de produção e distribuição igualitária da renda às comunidades historicamente discriminadas.

1.13 Um país que promova a justiça em relação aos povos indígenas e remanescentes de quilombos, devolvendo-lhes imediatamente suas terras, livres de invasão.

1.14 Um país que promova políticas educacionais que favoreçam o fim das discriminações, como racismo, machismo, homofobia, fortalecendo políticas afirmativas; e possibilite condições efetivas para a igualdade de oportunidades e de valorização de suas culturas e do trabalho, com igualdade de remuneração.

- Promover políticas públicas que reconheçam as populações indígenas urbanas.
- Garantir o ensino da história e da cultura afro-descendente e dos povos indígenas na educação básica.
- Garantir os direitos constitucionais dos povos indígenas em relação ao uso e benefício dos bens naturais de seus territórios.
- Garantir a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, encaminhado ao Congresso em 1991.
- Respeitar a visão de mundo dos povos indígenas e sua relação com a natureza.

- Combater o projeto de transposição do rio São Francisco e promover sua revitalização.
- Criar um Conselho Nacional de Política Indigenista com a efetiva participação dos povos indígenas, desenvolvendo políticas articuladas de fortalecimento de seus projetos históricos.
- Estimular a participação das comunidades ciganas existentes no Brasil nos espaços propícios de valorização da diversidade.
- Garantir que seja cumprida a Constituição Federal no que diz respeito à criminalização do racismo, à liberdade de culto religioso e ao combate à intolerância religiosa.
- Promover a igualdade na remuneração pelos trabalhos realizados por mulheres e homens. Valorizar o salário mínimo e remunerar o trabalho doméstico, inclusive com a garantia da aposentadoria, bem como dos demais direitos trabalhistas.
- Combater qualquer forma de mercantilização do corpo da mulher, o turismo sexual e o tráfico de mulheres, em especial de crianças e adolescentes.
- Criar mecanismos de punição efetiva para eliminar todo o tipo de violência contra a mulher, incluindo a violência doméstica.



- Combater todo e qualquer tipo de discriminação e preconceito referente à orientação sexual, punindo todas as formas de violência e opressão bio ou psicossocial.
- Lutar para que haja efetiva igualdade, inclusive com a responsabilidade dos homens pelo trabalho doméstico e de cuidado dos filhos, doentes e idosos, assim como para que não haja nenhuma forma de violência doméstica.

1.15 Um país que fortaleça e crie condições efetivas de participação da população jovem na construção da sociedade nova, rural e urbana.

- Promover políticas que proporcionem o desenvolvimento das potencialidades dos e das jovens, como a criação de oportunidades de trabalho com todos os direitos sociais garantidos, o livre acesso ao conhecimento, destinando os recursos necessários.

1.16 Um país que garanta educação e saúde públicas e gratuitas para todos, e que erradique o analfabetismo.

1.17 Um país que priorize os investimentos em políticas públicas sociais, com a revisão da política, efetivada nos últimos anos, de redução dos recursos para a assistência social, que comprometeu a manutenção de vários programas previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, sobretudo em favor de



crianças, adolescentes, pessoas com deficiências físicas, negros, mulheres e povos indígenas.

1.18 Um país que promova medidas eficazes para a reabilitação e para a prevenção de deficiências. Um país que promova a realização dos objetivos de igualdade e de participação plena das pessoas com deficiências na vida social.

1.19 Um país que favoreça o debate em nível nacional sobre a questão do aborto, tendo em vista a opção pela vida, já que a maioria das mulheres que praticam o aborto são pobres, excluídas e são elas que mais sofrem as seqüelas deste ato.

Iniciativas

- Fortalecer as iniciativas pela regularização das terras dos povos indígenas e quilombolas.
- Assumir as propostas da Marcha Mundial de Mulheres.
- Criar o Conselho Nacional de Política Indigenista
- Criar uma Secretaria Executiva Especial e Autônoma voltada para os povos indígenas.



2 SISTEMA POLÍTICO

2.1 Um país que crie mecanismos permanentes de participação direta da população nas decisões políticas das várias instâncias de Poder político e social.

- Convocação regular de plebiscitos, referendos e consultas populares para tomada de decisões de importância para a população; audiências públicas; assembléias populares; consultas públicas; conselhos populares; ampla liberdade de organização social, política e sindical; ampla e irrestrita liberdade de organização partidária.
- Instalação de orçamento participativo integrado ao conjunto de mecanismos de participação popular na gestão pública, reconhecido em lei federal, implementando esta prática em todas as esferas do Executivo, garantindo participação popular em relação à totalidade dos recursos orçamentários.

2.2 Um país que controle socialmente a ação do Estado, com mecanismos efetivos que permitam o controle social sobre a ação dos governantes e representantes que exercem poder político:

- Constituir comitês populares de acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária dos vários órgãos do Estado e de obras e ações continuadas das várias instâncias do Estado.
- Promover a participação popular direta e organizada na gestão e fiscalização da ação do Estado e punição a todas as formas de corrupção, em todos os Poderes, alcançando e punindo corruptos e corruptores.
- Promover a participação popular na denúncia e na busca de provas da corrupção, protegendo a identidade de pessoas que se disponham a colaborar no esclarecimento e na obtenção de provas de corrupção.
- Constituir promotorias populares com mandatos para fiscalizar as estruturas e as instâncias do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), com mecanismos de proteção de sua função de fiscalização.
- Proibir o financiamento privado de campanhas e regulamentar o financiamento público de campanhas.
- Instituir o fim do sigilo bancário, patrimonial e fiscal – franqueando ao conhecimento público os dados bancários, patrimoniais e fiscais de qualquer cidadão/cidadã (e de empresas das quais sejam sócios) que exerça cargo público durante o exercício do mandato e nos dois anos anteriores e dois anos posteriores ao mesmo.
- Criar um conselho apartidário para fiscalizar campanhas políticas, para impedir que haja contribuições não oficiais.

2.3 Um país que rompa as malhas do clientelismo e do fisiologismo, da cooptação, da dependência e da submissão do povo aos interesses dos políticos e dos grupos de poder, possibilitando que as formas de representação sejam autênticas

e controladas socialmente. O clientelismo, o fisiologismo, o assistencialismo e o paternalismo são as formas clássicas de manter o povo pobre devendo favor às elites políticas e lhes retribuindo com o voto que perpetua estas elites no poder. Para isto, alguns instrumentos são fundamentais:

- Acabar com as emendas individuais de parlamentares ao orçamento.
- Proibir os parlamentares ou detentores de qualquer cargo político de manter vínculos administrativos, de direção ou de propriedade com entidades assistenciais ou empresas que prestem serviços à comunidade, ou que mantenham vínculos de prestação de serviços com o Estado, sob pena de perda do mandato.
- Proibir qualquer tipo de nepotismo, direto ou cruzado, nos três poderes, em todas as esferas, sob pena de demissão dos nomeados e responsáveis pela nomeação.
- Proibir qualquer tipo de doação, favor ou ajuda feita pessoalmente por candidatos – ou pessoas ligadas a esses candidatos - ou detentores de cargos políticos, sob pena de perda do mandato para os eleitos.
- Proibir a contratação de cabos eleitorais em campanhas.

2.4 Um país que não possibilite o carreirismo político. O carreirismo cria vícios e profissionaliza a representação, gerando uma enorme distância entre representantes e representados. É fundamental criar mecanismos que impeçam o carreirismo nas funções políticas:

- Possibilitar que o controle popular sobre os eleitos seja exercido de fato, para que a eleição não seja uma delegação de caráter absoluto. Para isto, é importante criar mecanismos que permitam interromper mandatos executivos e legislativos através de:

- Referendo revogatório, convocado por 5% dos eleitores e eleitoras. A cassação de mandatos eletivos se dará a partir dos 50% dos votos.
- Os processos de Impedimento (*impeachment*) serão realizados através de pronunciamento popular (referendo).
- Processo judicial instaurado pelo Ministério Público, entidades representativas ou grupo de cidadãos e cidadãs.
- Voto qualificado de convenção partidária do partido ao qual o eleito pertença.
- Reeleição parlamentar apenas por um mandato, a exemplo do Poder Executivo.

2.5 Um país que impeça o financiamento das campanhas eleitorais por empresas ou de pessoas, impossibilitando relações de dependência entre os eleitos e quem os financiou. Este tem sido o atalho da corrupção, pois mantém o controle do poder político nas mãos de quem tem dinheiro.

2.6 Um país no qual a representação política não tenha nenhum estímulo financeiro, bastando a reposição dos custos. Para isto, é preciso estabelecer normas:

- Garantir que o salário dos eleitos seja calculado pela média dos salários dos servidores públicos da instância da Federação à qual foi eleito (para deputados federais: média do funcionalismo federal; para deputados estaduais: média dos servidores de seu Estado, e assim por diante).
- Criação de mecanismos de impedimento do auto-reajuste de salários de parlamentares.
- Extinção de todas as verbas de representação e outros benefícios dos ocupantes de cargos eletivos.

2.7 Um país que assegure a fidelidade partidária. As trocas de partidos são formas de enfraquecimento da represen-

tação, da falta de ideologia e fonte de corrupção para buscar maiorias. Para esta questão, também são necessários alguns mecanismos:

- Garantir que o mandato seja partidário; quem sair do partido deixa o mandato para o partido.
- Estabelecer a perda de mandato por decisão qualificada e democrática em convenção do partido a que pertença o político.
- Que os mandatos sejam programáticos e partidários e não individuais.
- Se houver renúncia e cassação de um eleito por corrupção ou malversação de recursos públicos, que haja perda dos direitos políticos, ressarcimento dos cofres públicos da quantia usurpada e que o julgamento seja em fóruns da Justiça comum.

2.8 Um país que assegure as iniciativas populares. As iniciativas do povo para o debate e aprovação de leis precisam de instrumentos fortes para serem levadas a sério.

- Dar precedência para tramitação e votação de projetos de lei de iniciativa popular, apresentados com quórum qualificado de assinaturas regularmente obtidas, com trancamento da pauta de votação para qualquer outra matéria e com votação em caráter de urgência.
- Possibilitar a realização de iniciativa popular sobre qualquer tema de interesse público.

2.9 Um país que garanta a representação de gênero e etnias historicamente excluídas. Há setores da sociedade cuja exclusão histórica exige uma política de ação afirmativa para que seus pleitos e suas posições sejam levados em consideração. Para isto:

- Garantir mecanismos de representação em todas as casas legislativas - municipais, estaduais e federais -

de representantes dos povos indígenas, da população negra e de mulheres.

2.10 Um país que conte com um organismo de controle do Judiciário, com maioria de representantes dos diferentes setores da sociedade civil, zelando para que esse Poder defenda de fato o direito de todas as pessoas, sem discriminação.

- Estabelecimento de políticas públicas de combate à violência e à criminalidade, que congreguem iniciativas das comunidades e do sistema público de segurança.
- Que o Conselho Nacional de Justiça seja composto majoritariamente pela sociedade civil.
- Que seja normatizada a realização de audiência semanal obrigatória, em dois turnos, entre o juiz e a população em todas as comarcas.

2.11 Um país que promova programas comunitários de segurança pública e uma política penal inovadora, a partir do conceito da justiça restaurativa do tecido social. Tais programas incluem:

- A implantação da Polícia Comunitária, bem como a ampliação de medidas e penas alternativas, entre elas a aplicação da prisão de regime semi-aberto (para substituir as prisões desnecessárias em regime fechado).
- Políticas públicas de prevenção ao crime, como a implantação de programas específicos para a juventude (programas comunitários de lazer, cultura, educação e trabalho).
- Prevenção e combate à tortura e aos casos de extermínios sumários.
- Fortalecimento substancial da infra-estrutura da justiça penal e das defensorias públicas em geral.

Questão a ser aprofundada:

- Redução do mandato de senadores para quatro anos ou extinção do Senado?

Iniciativas existentes:

- Iniciativa de mobilização em favor da proposta de regulamentação do Plebiscito Popular.
- Realização de formação política nos três níveis de ensino, salientando: como funcionam o sistema político, as políticas públicas, a gestão dos recursos públicos, entre outros temas.



3 SOBERANIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Um povo que tenha consciência de suas riquezas, de sua autonomia e construa uma democracia participativa para exercer as relações internacionais com soberania.

3.1 Um país que garanta a soberania nacional sobre seu território, mantendo soberanamente suas riquezas naturais e seu manejo sustentável, como um patrimônio do povo brasileiro.

- Garantir a água como um bem público, de destinação universal, patrimônio da humanidade e de todos os seres vivos. Garantir o acesso livre de pescadores e comunidades ribeirinhas e praieiras aos rios, lagos, mangues e mares.
- Garantir soberanamente e de forma ecologicamente adequada a biodiversidade brasileira (flora e fauna) para o povo brasileiro, sempre em solidariedade com os demais povos, respeitando, respaldando e sistematizando os saberes das populações tradicionais. Contra o patenteamento mercantil desses saberes. É



preciso garantir às populações tradicionais o acesso e domínio sobre as plantas medicinais e sementes.

- Garantir o uso dos solos agricultáveis para os brasileiros, principalmente para os pequenos agricultores, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas.
- Garantir soberanamente as florestas para o povo brasileiro, principalmente para os povos das florestas, com suas reservas extrativistas, áreas de preservação, projetos de desenvolvimento sustentável, etc.
- Garantir soberanamente para o povo brasileiro as riquezas minerais do Brasil, inclusive o petróleo.

3.2 Um país que dê aos bens estratégicos e sociais de destinação universal um caráter público e sem fins lucrativos, com sistema eficaz de controle de saída de matéria-prima.

- Suspender os leilões das áreas de prospecção de petróleo.
- Defender uma previdência social única e universal (garantir e ampliar o SUS).
- Defender a educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis.

- Estimular a utilização de fontes alternativas de energia.
- Defender a soberania alimentar.
- Defender a soberania sobre o sistema financeiro e monetário.
- Defender a soberania científica e tecnológica.
- Defender o transporte público de qualidade.
- Lutar contra a privatização da malha rodoviária, ferroviária, portos, aeroportos.
- Lutar contra a privatização dos presídios.
- Defender o direito humano à comunicação.
- Lutar contra a privatização dos Correios e de outras empresas públicas.
- Lutar contra a privatização da energia.

3.3 Um país que defenda o serviço público, garantindo uma política salarial justa e a construção de carreira que valorize e dignifique o servidor público.

3.4 Um país que defina suas relações com outros povos e nações de forma soberana, com liberdade e autodeterminação, com base na solidariedade e na cooperação, de maneira especial com os países do Sul (África, América Latina etc.).

- Resistir a projetos com interesses unilaterais e imperiais, como a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) e a OMC (Organização Mundial do Comércio), e lutar por um comércio justo.
- Defender novas formas de integração como a Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas) e outras propostas como a TV Sur e o Plano de Desenvolvimento Latino-americano.
- Lutar contra a militarização e a guerra, como no caso da ocupação militar do Haiti e do Iraque, da presença

de tropas dos EUA no Paraguai e em muitos outros países.

- Lutar pelo fim do bloqueio econômico a Cuba.

3.5 Um país que coloque a realização dos direitos da sua população acima dos interesses do mercado financeiro internacional.

- Promover uma auditoria das dívidas externa e interna, cumprindo o mandato constitucional. Serão realizadas auditorias periódicas, garantindo que o endividamento não continue sendo instrumento de dominação e de exploração imperial. Defender a anulação de todas as dívidas.

3.6 Um país que preserve, incentive e cultive a sua cultura popular e regional.

Iniciativas existentes:

- Proposta de promoção da auditoria das privatizações.
- Campanha da Fraternidade para a revisão da Lei de Recursos Hídricos em favor de uma legislação do patrimônio hídrico brasileiro.
- Proposta do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) para novo modelo energético.
- Campanha Contra a Alca e Campanha pela Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas) / Cúpula dos Povos.
- Campanha Nosso Mundo Não Está a Venda (contra a OMC).
- Campanha pela Desmilitarização das Américas (Cada).
- Campanha Jubileu Sul (contra o pagamento das dívidas externa e interna e pela auditoria da dívida).

- Carta das Mulheres à Humanidade.
- Campanhas contra o Banco Mundial e o FMI.
- Grito Continental dos Excluídos.
- Via Campesina Internacional / Campanha Global pela Reforma Agrária.
- Fórum Social Mundial.
- Campanha pela libertação dos cinco patriotas cubanos.
- Campanha contra o bloqueio norte-americano imposto a Cuba.
- Campanha Petróleo do Brasil, em defesa de nossas reservas.
- Campanha Plebiscito Já, da Federação Única dos Petroleiros e (FUP) e sindicatos afiliados.



4 TRABALHO

4.1 Um país no qual o trabalho seja algo que estimule a criatividade e o desenvolvimento das potencialidades das pessoas, possibilitando construir uma nova cultura do trabalho.

4.2 Um país que não admita a prática do trabalho escravo de homens, mulheres e crianças.

4.3 Um país em que o direito ao trabalho seja o fator mais importante na definição de toda iniciativa econômica, sendo o trabalhador o eixo central.

4.4 Um país que assegure o exercício de todas as formas de organização dos/as trabalhadores/as e do pleno e irrestrito exercício do direito de greve e de formas autônomas de reivindicação.

4.5 Um país que assegure estabilidade aos trabalhadores/as e garanta todos os seus direitos, sem discriminação de gênero, idade e etnia.

- Lutar pelo aumento da remuneração dos trabalhadores/as e dos aposentados/as e pensionistas, sem aumentos de preços dos produtos, gerando a democratização dos lucros.

- Defender e exigir uma política tributária progressiva, com a cobrança de impostos sobre grandes fortunas e sobre o capital financeiro, e a redução de impostos sobre os trabalhadores.
- Defender a segurança no trabalho e o direito à saúde dos/as trabalhares/as.
- Combater a exploração e a precarização e a terceirização do trabalho.
- Remunerar, valorizar e garantir a extensão de todos os benefícios e direitos trabalhistas para o trabalho doméstico.
- Remunerar, valorizar e garantir a extensão de todos os benefícios e direitos trabalhistas para as empregadas domésticas.
- Remunerar, valorizar e garantir a extensão de todos os benefícios e direitos trabalhistas aos catadores/as de material reciclado.
- Reduzir a jornada de trabalho sem redução de salários, combatendo as práticas de horas-extras e banco de horas.
- Defender e exigir a liberdade de organização por local de trabalho.
- Garantir aos migrantes os direitos trabalhistas.
- Apoiar a luta dos trabalhadores desempregados, na construção de um Brasil sem desempregados.

4.6 Um país que promova iniciativas de economia popular solidária que rompam com o capitalismo, multiplicando oportunidades de trabalho geradoras de renda, aumentando a produção e o intercâmbio assentados nos princípios da cooperação, da solidariedade, do cuidado com a vida e com o meio ambiente.

- Efetivar programas de políticas públicas voltadas para os/as catadores/as de material reciclável.
- Manifestar-se contra o limite de idade (18 anos) para o programa Primeiro Emprego.
- Exigir uma política de empregos para a juventude, que assegure o direito aos estudos.
- Exigir o fim das isenções fiscais para grandes empresas multinacionais.
- Garantir a expropriação de terras onde existe trabalho escravo, para fins de Reforma Agrária.
- Ampliar vagas em cursos profissionalizantes para jovens aprendizes.
- Valorizar os produtos nacionais e uma economia voltada para o consumo interno e solidário.

4.7 Um país que estimule uma nova concepção de organização sindical, que trabalhe com pedagogias de inclusão dos/as desempregados/as.

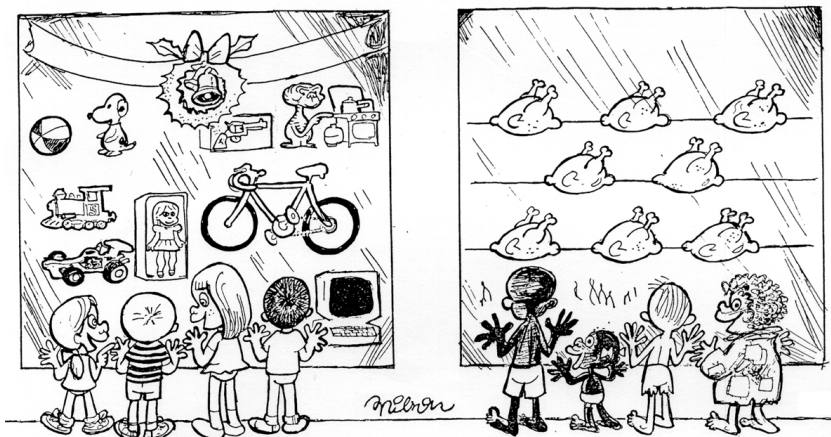
- Ampliar o debate crítico com a sociedade sobre o projeto de Reforma Sindical.
- Buscar mecanismos que garantam os empregos ameaçados pelas inovações tecnológicas.
- Reforçar as exigências de inclusão de deficientes físicos e pessoas com necessidades especiais.

Questão para debate:

Assegurar uma legislação que diferencie as “cooperativas populares” de outras cooperativas, e sua diferenciação no que diz respeito aos impostos e outras normas burocráticas.

Iniciativas existentes:

- Campanha pela Redução da Jornada de Trabalho.
- Proposta da Marcha Mundial das Mulheres para a valorização do salário mínimo.
- Frentes de trabalho, moradia e renda, subsídio direto e indireto (Movimento dos Trabalhadores Desempregados - MTD).
- Movimento dos catadores de materiais recicláveis para geração de trabalho e renda através da reciclagem.
- Campanha pela Erradicação do Trabalho Escravo.



5 CIDADES

5.1 Um país que possibilite e garanta o Direito à Cidade de e para toda a população urbanizada. Cidades re-planejadas, com reforma urbana, possibilitando melhor qualidade de vida para a população. Para isso:

- Garantir o direito à moradia digna.
 - Implementação de políticas públicas que garantam a construção de habitação popular por autogestão, através de cooperativas de construção e habitação, nas quais os associados se organizem e construam suas moradias.
 - Garantir a implementação da resolução 460 do Estatuto das Cidades, possibilitando o acesso à moradia para famílias com renda de até dois salários mínimos.
 - Garantir programas habitacionais que atendam à população de rua sem comprovação de endereço.
 - Garantir aos movimentos populares organizados, de luta por moradia, a posse de imóveis públicos e

privados, abandonados há mais de um ano, ou com IPTU atrasado há mais de cinco anos.

- Garantir que o processo de obtenção de usucapião urbano seja gratuito, para garantia da função social da terra.
- Garantir educação universal, pública e gratuita, de qualidade.
 - Incentivar a criação de cursos profissionalizantes.
- Garantir saúde pública e gratuita, com valorização dos saberes populares, da medicina alternativa e de todas as práticas que favorecem a vida saudável, e com garantia de acesso aos recursos da medicina.
- Garantir água potável, de boa qualidade, e energia elétrica alternativa e sustentável para a população, incentivando a redução da tarifa de energia elétrica para pessoas de baixa renda.
 - Conscientizar a população sobre a utilização dos recursos hídricos nos grandes centros urbanos.
- Promover a coleta e tratamento adequado do esgoto e do lixo, priorizando o reaproveitamento, como iniciativa popular, de todos os produtos recicláveis.
 - Assegurar às cooperativas de catadores organizados a prioridade nos serviços públicos de limpeza urbana.
- Promover a recuperação e preservação das nascentes, das matas ciliares, dos córregos, rios e lagos. Garantir a realização de estudos de impactos ambientais e sociais antes do início de qualquer obra.
- Garantir transporte público de massa com qualidade, utilizando combustível não poluente, apoiando políticas que desestimulem o transporte individual.
 - Garantir passe-livre para estudantes e desempregados/as.

- Garantir acessibilidade aos portadores/as de necessidades especiais nas cidades, bem como aos idosos, crianças e adolescentes.
 - Garantir programas de formação para a sociedade, despertando a consciência e sensibilidade para a causa dos portadores de necessidades especiais.
- Criar mecanismos para o controle da poluição sonora e visual.
- Incentivar a participação popular na elaboração dos planos plurianuais e do Estatuto da Cidade.
- Pensar as cidades como um todo através de novas organizações (regiões metropolitanas), unindo as lutas comuns por qualidade de vida.
- Incentivar o aproveitamento de áreas públicas urbanas desocupadas para a pequena agricultura urbana, contribuindo com a soberania alimentar.
- Criar mecanismos de participação popular, assim como conselhos populares, independentes e autônomos, nos bairros e regiões.
- Garantir a inclusão produtiva com geração de trabalho, na perspectiva da economia popular solidária e de geração de renda, principalmente para jovens e mulheres, com programas subsidiados por fundos públicos.

5.2 Um país que garanta e promova o acesso e a valorização da criatividade artística e cultural, bem como o acesso a espaços e iniciativas de lazer e esportes.

- Redefinir o espaço urbano destinando áreas adequadas para parques, para áreas de esporte, lazer e livre caminhar das pessoas.
- Garantir infra-estrutura nos novos aglomerados urbanos.

5.3 Um país que redefina o conceito de segurança pública, levando em consideração as necessidades das comunidades e garantindo a sua participação na elaboração de políticas para esta área.

- Combater a repressão policial contra as comunidades mais carentes, assim como a violência e a desagregação social.
- Combater o tráfico de drogas, ampliando o debate sobre o tema, mas sempre tratando o uso de drogas (lícitas e ilícitas) como uma questão de saúde pública, possibilitando a efetiva recuperação do usuário, com especial atenção aos jovens.
- Combater a violência dos despejos urbanos, fazendo valer os direitos humanos.
- Combater a violência contra os camelôs.

Iniciativas existentes:

- Projeto de reforma urbana / Conferências das Cidades.
- Projeto de Lei sobre o Saneamento Ambiental.
- Apoiar propostas do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) sobre modelo energético.
- Apoiar ações de movimentos de portadores de necessidades especiais.
- Apoiar a coleta seletiva de lixo (proposta do Movimento Nacional de Catadores).
- Apoiar cooperativas de emprego e renda.
- Utilizar os Planos Diretores como instrumento de luta.



6 CAMPO

6.1 Um país que realize uma ampla Reforma Agrária, respeitando a diversidade de cada região. Que distribua a terra criando oportunidades de trabalho, de renda e de espaço de vida para milhões de pessoas, retirando os privilégios e o poder do latifúndio e do agronegócio.

- Estabelecer um limite máximo de propriedade baseado no módulo de cada região, para cada situação geográfica e tipo de produção.
- Agilizar os processos de desapropriação e exigir a mudança imediata dos índices de produtividade.
- Arrecadar, através do Estado, as terras devolutas e griladas e destiná-las à Reforma Agrária.
- Relacionar Reforma Agrária e reforma urbana. Estimular a união dos movimentos populares no campo e na cidade.
- Defender o direito à terra dos povos da floresta, povos tradicionais, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, posseiros, extrativistas, seringueiros, fundos de pastos etc.

- Defender o respeito pelas culturas e conhecimentos de povos tradicionais.
- Combater a privatização das florestas e de bens naturais.

6.2 Um país que preserve o meio ambiente e a biodiversidade. Um país que promova a democratização e a preservação das fontes de água, que recomponha as matas ciliares das fontes, dos córregos, rios e lagos em todo o seu território.

- Preservar bacias hidrográficas, lagos, açudes, igarapés, rios, nascentes, dunas e mangues, a fauna e a flora.
- Respeitar a cultura ribeirinha e fortalecer a pesca artesanal.
- Defender que a água seja considerada um Patrimônio da Humanidade (gratuita e acessível para toda a população).
- Revitalizar bacias hídricas degradadas, como a bacia do rio São Francisco.
- Defender a preservação do aquífero Guarani.
- Defender o direito à pesquisa e tecnologia, sempre a serviço da/dos camponeses e sob seu controle.
- Defender que os recursos energéticos estejam sob controle popular e a serviço das necessidades do povo brasileiro. Fortalecer a luta contra os altos preços de energia.

6.3 Um país que preserve suas sementes crioulas, garantindo a soberania alimentar e estimulando a agroecologia.

6.4 Um país que não admita a prática do trabalho escravo e infantil, e a utilização da terra para cultivos de produtos ilegais e que, por isso, exproprie quem assim age, destinando essa terra a famílias que se propõem cultivar alimentos.

6.5 Um país que priorize a agricultura camponesa e combata a monocultura para exportação. Que garanta condições de produção e comercialização para a agricultura camponesa.

- Promover a produção de alimentos saudáveis, limpos, sem veneno.
- Garantir políticas de compra governamental de alimentos produzidos pela agricultura camponesa para escolas, hospitais etc., sempre a preços justos.
- Garantir condições de produção para a agricultura camponesa: apoio técnico (de acordo com a cultura das comunidades), seguro agrícola, crédito, subsídios etc.
- Defender a diversidade cultural da vida no campo.
- Defender a produção e a comercialização através do cooperativismo e do associativismo.
- Defender uma nova matriz tecnológica para a agricultura camponesa.
- Reafirmar o compromisso de combater o modelo capitalista no campo: os grandes projetos de interesse das multinacionais; o agronegócio e o hidronegócio; os programas do Banco Mundial, como o Crédito Fundiário; os transgênicos; as privatizações; as monoculturas.

6.6 Um país que garanta o acesso à educação e à saúde pública e gratuita no campo, levando em consideração os saberes populares de cada região.

- Defender o acesso (público, gratuito e de qualidade) à educação de acordo com a realidade do campo. Defender o acesso à saúde, à previdência, à energia, ao saneamento e à água. Exigir escolas de nível básico em todas as comunidades rurais e assentamentos.
- Defender políticas para a juventude no campo – educação em todos os níveis, transporte escolar.
- Defender políticas públicas específicas para mulheres no campo.
- Defender a cultura medicinal popular tradicional e preventiva (benzedadeiras etc.).

- Garantir direitos sociais: previdência, direitos trabalhistas, aposentaria, salário maternidade, seguro doença etc.

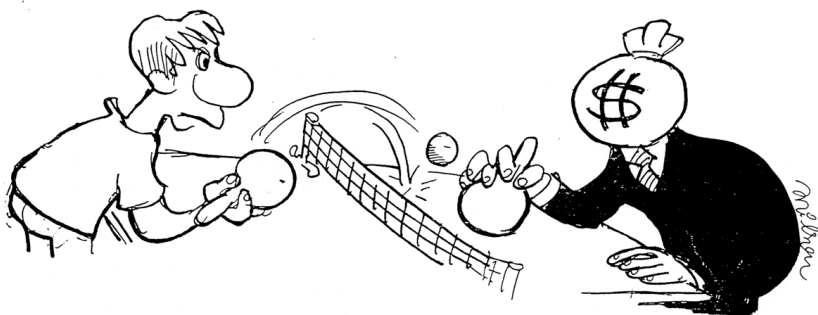
6.7 Reafirmamos que a construção do Brasil que queremos no campo só acontecerá através da organização e da luta unificada do povo.

Temas para discussão:

- Devemos apoiar a implementação de Varas Agrárias?
- É possível defender a produção diversificada de biodiesel?

Iniciativas existentes:

- Propostas da Via Campesina.
- Plano Camponês.
- Campanha por Um Brasil Livre de Transgênicos e Sementes como Patrimônio da Humanidade.
- Rede de Agroecologia.
- Movimento Educação no Campo.
- Resgatar o Plano Nacional de Reforma Agrária coordenado por Plínio Arruda Sampaio
- Luta pela demarcação de terras indígenas, quilombolas e tradicionais.
- Ocupações de terra como instrumento de luta.
- Campanha pelo Limite da Propriedade.
- Combater as políticas de contra-reforma agrária do Banco Mundial.
- Campanha pela Erradicação do Trabalho Escravo.
- Campanhas contra a violência no campo.



7 ECONOMIA

7.1 Um país que seja comandado pelas forças do “livre” mercado capitalista e que coloque os direitos fundamentais como base de sua economia. Cabe às instituições públicas, submetidas ao controle permanente da sociedade, regular o mercado e zelar pela vida de qualidade de todas as pessoas. Cabe ao Estado ouvir a sociedade, até por meio de plebiscitos, para:

- Implementar políticas de produção agrária e de criação de animais que respeitem os limites e as potencialidades de cada região, que sejam voltadas para a garantia da soberania alimentar.
- Promover uma política industrial que priorize as necessidades do povo brasileiro e que valorize o conhecimento e as tecnologias sob controle de brasileiros/as, nunca permitindo que elas se sobreponham aos direitos dos trabalhadores, garantindo processos de distribuição de renda.
- Promover o controle do sistema financeiro pelo Estado.
- Combater a proposta de autonomia do Banco Central e sua política de juros altos e de manutenção do *superávit* primário.

7.2 Um país que assegure a taxação de grandes fortunas. Apresentação de projeto de lei de iniciativa popular de regulamentação do dispositivo constitucional que dispõe sobre a questão.

7.3 Um país que priorize a economia solidária com iniciativas diretas da população e através de incentivos públicos prioritários, multiplicando oportunidades de trabalho geradoras de renda, aumentando a produção e o intercâmbio assentados nos princípios da cooperação, da solidariedade, do cuidado com a vida e com o meio ambiente.

7.4 Um país que se recuse a pagar dívidas injustas ao capital financeiro e garanta os direitos econômicos e sociais da população.

- A ruptura com a atual política econômica, especialmente com a dívida e com o agronegócio, são medidas essenciais para o aumento de recursos para o desenvolvimento nacional em áreas prioritárias, como a Reforma Agrária, moradias populares, saúde e educação públicas, saneamento básico, sistema de transporte ferroviário, reestatização de empresas estratégicas, entre outras.
- Que a política de exportação esteja orientada para a integração solidária dos povos da América Latina, nos moldes da Alba – Alternativa Bolivariana para as Américas.
- Que o Estado promova políticas protecionistas dos produtos brasileiros.
- Tais mudanças promoverão a distribuição de renda e o acesso universal aos bens necessários para a garantia da qualidade de vida.

Iniciativas existentes:

- Campanha Jubileu Sul pelo não pagamento da Dívida - Somos Credores.
- Auditoria Cidadã da Dívida.
- Propostas do Fórum de Economia Solidária.
- Campanhas por controle de capitais.



8 COMUNICAÇÃO

8.1 Um país em que o Estado garanta espaço a todas as pessoas e organizações sociais na disputa de idéias, através da democratização dos meios de comunicação, reconhecendo as iniciativas dos movimentos sociais e impedindo a concentração desses meios em poucas empresas privadas.

- Incentivar a organização social pelo direito humano à comunicação, estimulando práticas que favoreçam a apropriação desse direito por toda a população.
- Exigir a democratização das concessões de meios de comunicação, a criação de instrumentos de controle público sobre o sistema privado e estatal, e leis que impeçam a concentração dos meios de comunicação e promovam a diversidade e a pluralidade cultural.
- Implementar o Sistema Público de Comunicação, comunitário e não comercial, que possibilite o funcionamento de rádios e TVs regionais, abertas à criatividade popular e que promovam a diversidade cultural.
- Incentivar as iniciativas de rádios e TVs livres e comunitárias, regularizando seu funcionamento.

- Colocar a TV digital e o rádio digital a serviço do povo.
- Apoiar o uso do *software* livre e promover a inclusão digital, com serviços públicos como, por exemplo, acesso à internet.
- Combater a repressão a toda forma de comunicação popular, livre e comunitária.
- Garantir para a sociedade conhecimentos e condições para uma postura autônoma e crítica em relação à mídia.
- Incentivar e fortalecer práticas de comunicação popular, estimulando a articulação entre elas.

Questões pontuais e imediatas:

- Criação de um Conselho de Comunicação.
- Criação de um Fórum de Comunicação Popular / de Ouvidoria Popular.
- Cobrar dos candidatos às próximas eleições suas propostas de política de comunicação.
- Exigir mudanças na Lei nº 9.612/98 das rádios comunitárias, sobretudo em relação à potência, publicidade e proteção.
- Exigir uma auditoria e/ou CPI sobre a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações)
- Exigir anistia de todos os condenados por ações ligadas a rádios comunitárias e anulação dos processos por abertura de rádios comunitárias.

Iniciativas existentes:

- Lutas por rádios comunitárias.
- Jornal *Brasil de Fato*, *TV Sur*, *Agência Adital* e outras mídias independentes.
- Campanha CRIS Brasil pelo Direito Humano à Comunicação.



9 EDUCAÇÃO E CULTURA

9.1 Um país que afirme o direito universal a uma educação emancipatória e o pleno e inalienável direito à educação pública, gratuita e de qualidade para todos e todas.

- Recusar programas de ajuste estrutural que pressionam os governos a dismantelar serviços públicos.
- Rechaçar a ingerência de empresas nacionais e multinacionais no sistema educativo público.
- Exigir do governo federal uma agenda que priorize programas para a eliminação do analfabetismo e valorize a experiência de educadores populares como Paulo Freire.
- Garantir que todo recurso público seja prioritariamente destinado a iniciativas públicas.

9.2 Um país que valorize a educação popular como perspectiva de conscientização da população, representando os princípios da igualdade, cooperação, autonomia e democracia, considerando a identidade regional.

- Promover ações que reconheçam as singularidades dos sujeitos e comunidades, e que garantam a igualdade

de acesso à educação, considerando a diversidade de gênero, de etnia e de cultura, e considerando a potencialidade educacional dos espaços não escolares.

- Incentivar o protagonismo das crianças, adolescentes e jovens, reconhecendo todas as suas identidades sociais como participantes da construção do conhecimento.

9.3 Um país que garanta o acesso, a permanência e o direito de aprender na escola e exija a democratização dos conhecimentos, saberes e sabores em benefício de toda a humanidade, incluindo o avanço tecnológico voltado para o povo.

- Defender uma forma de educação profissional que recuse a lógica da empregabilidade e inclua as dimensões ética, cultural, ambiental, estética e política.
- Garantir instrumentos de transporte, comunicação e segurança que viabilizem o acesso à escola e à ciência, inclusive viabilizando financiamento para a educação infantil para todas as crianças de 0 a 5 anos.

9.4 Um país que rechace qualquer forma de privatização e mercantilização da educação, cultura, ciência e tecnologia.

9.5 Um país que condene a apropriação ilegítima dos saberes populares e dos conhecimentos das comunidades tradicionais.

- Que os povos indígenas possam ser alfabetizados em seus idiomas próprios.
- Criar universidades públicas em todas as regiões e eliminar o vestibular.
- Criação de núcleos de pesquisa de novos métodos de ensino, de acordo com a realidade local.

9.6 Um país que reafirme a centralidade da educação para os direitos humanos, a justiça e a paz.

- Fortalecer as mobilizações mundiais de educação para uma cultura de justiça e paz, solidariedade e sustentabilidade no mundo.

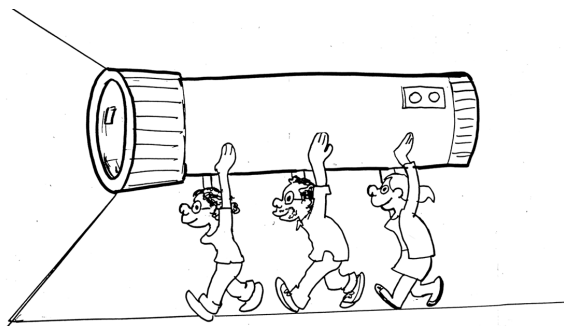
9.7 Um país que democratize a gestão das instituições públicas e das políticas sociais, em especial as educacionais, relacionando-as a políticas intersetoriais que as complementam, fortalecendo as comunidades educativas.

- Promover o controle social do financiamento da educação.
- Defender projetos sociais que incentivem a cultura popular brasileira.

9.8 Um país que valorize os/as trabalhadores/as da educação, preparando-os para interagir com e nas comunidades locais; que respeite seus direitos profissionais e garanta condições dignas de trabalho e salário.

- Articular-se com o Fórum Mundial de Educação e outros fóruns de luta para garantir que as experiências, qualificações e saberes dos trabalhadores sejam respeitados.
- Garantir recursos para financiamento de formação continuada para profissionais da educação. Contemplar a diversidade e valorizar a especificidade de cada comunidade. Que sejam formados agentes sociais para o resgate de jovens adultos fora da escola.

9.9 Um país que preserve e divulgue seu maior patrimônio - sua cultura: textos, músicas, histórias, experiências coletivas, comidas, danças, esportes, lendas.



9.10 Um país que reconheça sua identidade, que passe a exigir mais direitos, aumentando sua capacidade de organização, aprendendo novas técnicas, comunicando-se melhor.

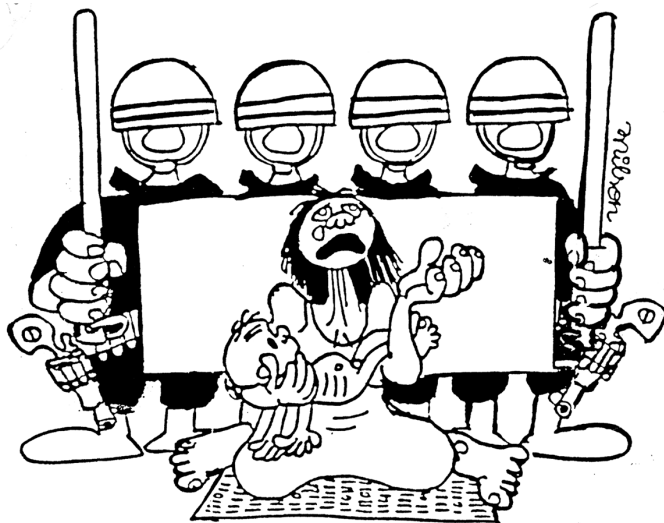
- Defender a criação de um canal de TV público voltado à educação, cultura, que seja uma imprensa responsável.

9.11 Um país que garanta o direito de acessar a cultura, a participar de atividades culturais, elevando o nível de conhecimento de toda a população.

- Ampliar o acesso à cultura das populações da periferia, através de centros culturais.

Iniciativas existentes:

- Cursos pré-vestibular populares
- Congressos educacionais e formação continuada
- Escolas rurais (Escola da Família Agrícola)
- Projeto Humanista (curso pré-vestibular, educação de adultos, preparatório para concursos públicos)
- Lutas por creches que atendam crianças de 0 a 3 anos
- Implementação do Fundep para 2006 (Fundo de Educação Ensino Básico)
- Luta pela implementação de projetos voltados para a juventude através de políticas públicas e culturais para Estados e municípios.
- Fortalecimento dos conselhos existentes voltados para a educação e juventude como instrumento de controle social.
- Revitalização da cultura popular / redes de cultura popular (exemplo: experiência da região de Irecê, Bahia).



10 SAÚDE

10.1 Um país que defenda a saúde pública gratuita e de boa qualidade e que combata políticas neoliberais, como a privatização. O sistema público de saúde deve ser acessível em nível municipal, estadual e nacional.

- Exigir que o SUS trabalhe em conjunto com os movimentos populares (Pastoral da Saúde, Pastoral da Criança, MPPS, Bio-energética etc., valorizando o saber popular e intensificando o Programa de Planejamento Familiar Natural).
- Investir mais na Saúde Preventiva e Educativa melhorando o Programa de Saúde da Família (PSF), garantindo o direito à moradia, saneamento básico e educação, melhorando a qualidade de vida.
- Defender a ampliação das Redes-Centro de Atenção Psicossociais em todas as regiões.

- Defender a formação humanizada e a reciclagem dos profissionais da saúde, visando um melhor atendimento do paciente.
- Abrir cursos nas universidades federais e estaduais de saúde, para dar acesso aos movimentos sociais.
- Criar Conselhos de Saúde e fortalecer os que existem.
- Fiscalizar a distribuição de remédios nos hospitais e postos de saúde, através do Ministério da Saúde.
- Defender a criação de um programa de saúde específico para indígenas e quilombolas.
- Reconhecer os profissionais brasileiros de saúde formados em outros países através de bolsas.
- Criar mecanismos para que profissionais recém-formados prestem serviços na comunidade.
- Promover a soberania alimentar e a educação alimentar, conscientizando as pessoas através de escolas, creches etc.
- Defender a seguridade social e a garantia das farmácias populares.
- Defender políticas de saúde pública para lidar com Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e com o consumo de drogas.

10.2 Um país que defina os principais valores e características das propostas alternativas para a saúde e a seguridade social, considerando as distintas realidades econômicas e sociais, mas afirmando as alternativas sustentáveis que garantam a universalidade e a integralidade das políticas públicas para todas e todos.

10.3 Um país que combata as consequências dos acordos de “livre comércio” na soberania alimentar, no acesso a medicamentos, equipamentos e condições de trabalho profissional.

10.4 Um país que proponha processos alternativos para a gestão de recursos humanos, defendendo a regulamentação das relações trabalhistas, a garantia dos direitos dos trabalhadores e o fim da flexibilização do trabalho, o achatamento dos salários e a alta rotatividade dos trabalhadores em saúde. Um país que proponha alternativas para a gestão e para a educação permanente dos trabalhadores do setor, e que dedique especial atenção à proteção da saúde dos trabalhadores.

10.5 Um país que defenda as diferentes estratégias de organização e mobilização em prol da defesa do direito à saúde e sua concretização de acordo com as agendas de luta dos movimentos populares.

II

BRASIL: UNIDADE DE BIOMAS E REGIÕES SOCIOCULTURAIS



Quemos ser um país que reconheça, valorize e construa caminhos culturais e de desenvolvimento econômico e social característicos das suas regiões com biomas e ecossistemas diferenciados.

Bioma é um conjunto organizado de todas as formas de vida. A palavra vem de “bios”, que em grego quer dizer “vida”. Quando falamos em bioma estamos falando de um conjunto de vida humana, vegetal e animal que cobre determinada região

de forma contínua, em condições geoclimáticas parecidas, o que acaba formando uma diversidade biológica muito própria.

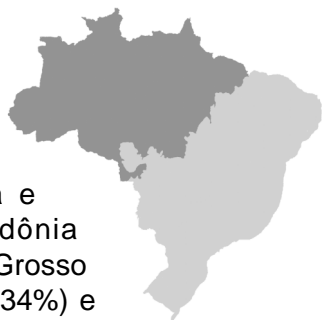
O território brasileiro é formado por seis grandes biomas: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa. Alguns pesquisadores dizem que deveríamos considerar que a Floresta de Pinhais e os ecossistemas costeiros como dois outros biomas. Mesmo reconhecendo suas características marcantes, preferimos, nesse passo de nossa reflexão, considerar que são parte da diversidade de ecossistemas que formam a Mata Atlântica. Aliás, é preciso ter presente que também os demais biomas são formados por diversos ecossistemas, isto é, por áreas diferenciadas dentro do mesmo bioma.

Faz parte de cada bioma sua população humana. O jeito que essa população tem de se relacionar com o ambiente é um dos fatores que marcam a identidade diversificada do povo brasileiro. Por isso, hoje se fala dos “povos do Cerrado”, dos “amazônidas”, dos “povos do Semi-Árido”, dos “gaúchos”, assim por diante. Embora não sejam expressões tecnicamente exatas, são reveladoras.

Cada bioma, então, tem também uma identidade social, econômica e cultural própria. Olhando por esse lado, e não pela divisão política dos Estados, a unidade brasileira é feita de muitas diversidades. A diferença é feita a partir da história de cada região, das etnias que formaram a base de cada povo e do jeito que cada povo tem de se relacionar com seu meio ambiente. Para construirmos o verdadeiro Brasil que queremos, precisamos respeitar e valorizar cada conjunto de vida desses biomas, os povos que os habitam e a cultura própria de cada uma dessas populações, e enriquecer-nos, como Nação, por meio de relações democráticas entre eles.

1 A Amazônia

O bioma Amazônia tem uma área de quase 4.200.000 km² e ocupa a totalidade de cinco Estados – Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima -, grande parte de Rondônia (98,8%), mais da metade do Mato Grosso (54%), além de parte do Maranhão (34%) e Tocantins (9%). Cerca de 60% da Amazônia se encontra no Brasil, ocupando quase a metade do território brasileiro. A Bacia Amazônica total ocupa 5% do território da América Latina, com 6,5 milhões de km² e abriga a maior rede hidrográfica do planeta.



Defender uma Amazônia brasileira para e com os povos amazônidas e em favor de todo o país.

Políticas a serem implementadas

Soberania e relações internacionais

- Defender a soberania e a autodeterminação dos povos da Amazônia. As políticas referentes às relações produtivas devem ser definidas com a participação dos povos amazônidas, em defesa da cultura local e da conservação da floresta, dos rios, dos lagos e dos diversos bens naturais existentes na região.
- Denunciar a biopirataria e exigir que o governo implemente ações de combate à apropriação indevida do conhecimento tradicional.
- Resistir a qualquer tentativa de implementação de bases militares estrangeiras em nosso território.
- Promover a integração latino-americana em torno da busca de soluções comuns dos problemas –

militarização, depredação do meio ambiente, divisão dos povos indígenas por fronteiras internacionais e outros.

Educação e cultura

- Fortalecer as universidades públicas da Amazônia, garantindo investimento na pesquisa voltada para os povos locais (índios, quilombolas, ribeirinhos e populações urbanas) e para um novo modelo de desenvolvimento auto-sustentável, estabelecendo parcerias para formação e capacitação de lideranças populares.
- Possibilitar ao povo da Amazônia a apropriação do processo de construção do conhecimento historicamente produzido, juntando a ciência e o saber popular.
- Promover a educação ambiental na rede pública de ensino. E inserir na grade curricular temas como soberania, identidade cultural e modelos de desenvolvimento.
- Promover a educação popular, trabalhando a simbologia, os mitos, lendas, costumes, danças do povo da Amazônia.
- Fortalecer a cultura popular e regional, incentivando os artistas populares da região.

Política

- Garantir mecanismos jurídicos de controle dos mandatos dos parlamentares.
- Promover a articulação de forças sociais com capacidade de dar direcionamento político com representatividade, através de fóruns, comitês, conselhos gestores, tribunais populares e manifestações diversas.
- Promover a conscientização de sua população sobre suas potencialidades.
- Reconhecer o papel da mulher como sujeito político e social na história da Amazônia.

- Promover educação para o trabalho integrada às políticas de desenvolvimento regional e sustentável, ampliando as oportunidades de profissionalização para jovens e trabalhadores da Amazônia.
- Criar mecanismos que garantam o controle popular sobre os “grandes projetos” em andamento.
- Garantir o controle popular e nacional sobre as águas da Amazônia, maior reservatório de água doce do planeta.

Nas cidades

- Garantir que as divisões das terras urbanas amazônicas sejam feitas de forma a atender as características de espaço e densidade demográfica regionais, e que respeitem sua ecologia e a dignidade habitacional de seu povo. Combater a especulação imobiliária.
- Projetos públicos efetivos para evitar a poluição e degradação dos rios que recebem dejetos e lixo urbano das cidades em seus cursos, bem como a recuperação das nascentes de rios e lagos;
- Plano diretor participativo que vise efetiva destinação do lixo produzido em áreas urbanas amazônicas;
- Criar, no plano diretor, propostas de manutenção das áreas verdes e de lazer criando o conselho de políticas públicas para a discussão, em fóruns, das perspectivas para crianças e adolescentes, transporte fluvial e terrestre de qualidade, inclusão socioeconômica dos portadores de necessidades especiais.

No campo

- Democratizar o uso das terras, combatendo a grilagem, a pecuária e a monocultura extensivas (agronegócio), destinando-as aos povos tradicionais e camponeses para o cultivo de alimentos orgânicos.

- Promover formas de produção apoiadas em técnicas agroecológicas adequadas, garantindo alimentos saudáveis e um território saudável. Controlar com rigor o uso de agrotóxicos e o desmatamento.
- Garantir que a divisão das terras promova as ricas potencialidades regionais, priorizando a cultura e as necessidades da população, como nos já consolidados territórios indígenas, e nas reservas extrativistas, nas terras comunitárias dos quilombolas e nas comunidades ribeirinhas.
- Garantir a demarcação das terras indígenas e sua posterior homologação.
- Construir unidades de conservação administradas pela comunidade.
- Investir na zona rural e não apenas nos grandes centros (capitais), para evitar o êxodo rural.
- Debater sobre o modelo de Reforma Agrária para a realidade da Amazônia, buscando realizá-la perto das cidades e/ou rodovias.

Economia

- Promover um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia, protagonizado pelos povos amazônidas, a partir das realidades e saberes locais, em contraposição às políticas predatórias contidas em “grandes projetos”, excludentes e pensados em função de interesses externos.
- Defender e promover a economia popular, participativa e solidária, baseada no princípio da convivência produtiva com as fontes naturais de folhas, flores, frutos e animais das florestas, cerrados e estepes, bem como dos rios e lagos.
- Investir em fontes alternativas de energia, como a solar, em contraposição à construção de grandes hidrelétricas.

- Desenvolver projetos industriais contemplando mão-de-obra local, inserida na região, respeitando o ambiente natural e sob controle dos capitais brasileiros.

Comunicação

- Criar instrumentos de comunicação popular para a Amazônia, trabalhando e valorizando a questão cultural de seus povos, interligando-os com os outros povos, conscientizando e informando a população.

Saúde

- Investir em pesquisas das plantas amazônicas para o uso em tratamentos alternativos e na formação de profissionais de saúde natural.
- Incentivar tratamentos baseados em produtos naturais, como a bioenergética, de modo especial nas regiões longínquas e carentes.

Questões para aprofundamento

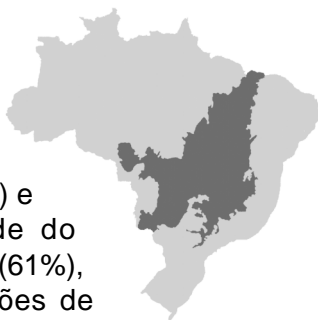
- Apoio à produção e distribuição gratuita de remédios homeopáticos.
- Proibição da venda de terras na Amazônia.

Iniciativas existentes:

- Reservas extrativistas.
- Quebradeiras de Coco.
- PDS – Plano de Desenvolvimento Sustentável.
- Reca: Reflorestamento econômico consorciado adensado.
- Proposta de “Assembléia Popular: Mutirão por uma nova Amazônia” (Indicativo de realização em agosto de 2006).

2 O Cerrado

O bioma Cerrado tem área de 1.036.000 km². Ocupa a totalidade do Distrito Federal, quase toda a extensão dos Estados de Goiás (97%) e Tocantins (91%), mais da metade do Maranhão (65%), Mato Grosso do Sul (61%), Minas Gerais (57%), além de porções de outros Estados. Mas, infelizmente, a destruição deste bioma é gritante, destruição feita por grandes empresas plantadoras de eucalipto, eufemisticamente chamadas de “reflorestadoras”, tais como: Cenibra, Celig, CVRD, Florestaminas, Usiminas, Plantar etc.



O projeto JICA - acordo do Brasil com o Japão para a produção de grãos para exportação - está invadindo todas as chapadas, arrancando o Cerrado, secando as nascentes e plantando “só soja”. No Triângulo Mineiro, a devastação já atinge 75% do bioma. Os projetos PRODECER I, II, III usaram, pela primeira vez na história do Brasil, a justificativa de que era possível substituir o bioma Cerrado por grandes plantações de soja sem afetar o ambiente. Diziam: “Só é viável se tiver um mínimo de 300 hectares”. Isso levou os pequenos a abandonarem o Cerrado.

Precisamos urgentemente mudar esta situação. Um novo projeto para o Brasil deve ser construído também a partir do bioma Cerrado, de sua diversidade, e a partir dos geraizeiros, indígenas, quilombolas, veredeiros, quebradeiras de coco, vazanteiros, chapadeiros, varjeiros, retireiros, pantaneiros e outras identidades.

Defender e recuperar o Cerrado brasileiro para e com os povos do Cerrado e em favor de todo o país.

Políticas a serem implantadas:

- Fortalecer a articulação dos Estados que compõem o bioma Cerrado, incentivando um amplo processo de mobilização do povo contra a destruição do Cerrado, na defesa de sua biodiversidade e preservação do meio ambiente, dando maior importância às bacias hidrográficas e mananciais.
- Desenvolver um processo de conscientização para maior conhecimento do Cerrado, abordando as questões geográficas, culturais e sociais de cada comunidade, a partir dos pequenos agricultores; incentivar a inserção do tema no currículo escolar em todos os níveis, a partir da educação no campo; e fomentar, nas universidades, a pesquisa sobre o Cerrado, ligando-o com Planos Diretores e com o Estatuto das Cidades, para a formulação de políticas públicas.
- Cobrar o cumprimento das leis ambientais existentes.
- Apoiar o cooperativismo popular, na perspectiva da economia solidária, diversa e de autogestão, para promover a geração de renda, oferecendo formas de convivência com o Cerrado; implementar clubes e grupos de troca solidária, bem como feiras para a comercialização destes produtos.
- Criar e fortalecer cooperativas para desenvolver a produção de frutos do Cerrado.
- Valorizar e fortalecer as pesquisas sobre o valor alimentar e medicinal de plantas do Cerrado, criando meios para que este conhecimento se torne acessível a toda a sociedade. Ampliar o conhecimento sobre a fitoterapia nas escolas e universidades.
- Incluir na alimentação escolar os frutos do Cerrado.
- Favorecer os projetos de pesquisa que estejam voltados para o desenvolvimento sustentável do Cerrado:

tecnologias, plantio, industrialização de frutos do Cerrado, de modo especial por parte da agricultura camponesa.

- Facilitar às comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas, aos povos do Cerrado, acesso aos meios tecnológicos de comunicação, ampliando o conhecimento e a disseminação de suas culturas.
- Formar grupos de estudo nas comunidades, escolas, universidades e igrejas sobre o Cerrado, buscando aprofundar a consciência da população sobre a necessidade de preservá-lo para se viver bem.
- Fomentar estudos e pesquisas e registro sobre patrimônio histórico e ecológico do Cerrado, para uma posterior difusão desse conhecimento. Incentivar a criação de cursos de graduação e pós-graduação específicos sobre o bioma Cerrado.
- Incluir o estudo do bioma Cerrado no currículo das escolas.
- Elaborar e aplicar políticas públicas efetivas e adequadas de respeito e valorização das culturas tradicionais: indígenas e quilombolas.
- Ampliar a fiscalização sobre as terras do Cerrado. Combater sua ocupação desordenada e ilegal, em especial das áreas de proteção ambiental.
- Criar e/ou fortalecer o Conselho de Fiscalização das Secretarias do Meio Ambiente com intuito de barrar as investidas do latifúndio na região. Incentivar também a criação de comitês ecológicos populares, e de um serviço de disque-denúncia do Cerrado.
- Combater o hidronegócio, que está destruindo, secando as águas do Cerrado.
- Promover audiências públicas em todos os municípios da região sobre o bioma Cerrado.

- Democratizar o uso das terras, combatendo a grilagem, a pecuária e a monocultura extensivas (agronegócio), destinando-as aos povos tradicionais e camponeses para o cultivo de alimentos.
- Combater o financiamento público ao agronegócio, exigindo que os financiamentos produtivos e estruturais sejam destinados para o fortalecimento da agricultura camponesa e agroecológica.
- Denunciar a biopirataria e exigir que o governo implemente ações de combate à apropriação indevida do conhecimento tradicional.
- Fazer pressão política para que o Cerrado seja considerado patrimônio da humanidade, criando-se assim uma série de leis para protegê-lo.

Questão para aprofundamento

- Pesquisas, feitas por estrangeiros ou não, mesmo patenteadas, deverão significar compensação às comunidades. Garantir a soberania nacional no patenteamento da biodiversidade do Cerrado.

Iniciativas existentes:

- Propostas do Fórum Goiano de Economia Solidária.
- Campanha em favor do Cerrado como Patrimônio da Humanidade (já existe um projeto de lei).
- Iniciativa de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas.
- Rede Cerrado.
- Aticulação Pacari – Plantas Medicinais do Cerrado – Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas - Belo Horizonte - MG.

3 O Pantanal

O Pantanal é o maior manancial de água doce do mundo. Possui grande diversidade em fauna e flora e rica diversidade cultural. No Brasil, o Pantanal abrange um área de 150.355 km², com 25% de sua área no Mato Grosso do Sul e 7 % no Mato Grosso. Toda essa riqueza faz com que este bioma seja reconhecido pela Unesco e pela ONU como Patrimônio Cultural da Humanidade. É necessário, então, implementar um conjunto de medidas que garantam sua recuperação e preservação, e que sejam integradas com o bioma Cerrado, já que boa parte dos rios que alimentam o Pantanal nascem naquele bioma.



Preservar e recuperar o Pantanal para e com os pantaneiros e pantaneiras, em favor de todo o país.

Políticas a serem implementadas:

- Recuperar e manter o nível das águas dos rios e lagos que nascem no Cerrado e abastecem o Pantanal – rios Paraguai, Cuiabá, São Lourenço, Vermelho, Itiquira e Correntes.
- Preservar a vegetação ciliar, garantindo a vida e reprodução da rica flora e fauna regional.
- Combater a destruição do meio ambiente, promovida pela pecuária extensiva, implementando outras formas de convivência produtiva a partir das potencialidades regionais.
- Incentivar grupos de Economia Solidária, para que desenvolvam programas sustentáveis de preservação ambiental, trabalhando a consciência ecológica e gerando postos de trabalho em diversas comunidades.

- Reconhecer, valorizar e garantir os direitos das comunidades tradicionais.
- Criar mecanismos e fazer valer os que já existem para o combate ao tráfico internacional de drogas e de mulheres, assim como a prostituição infantil e a exploração sexual.
- Promover o reconhecimento, a demarcação, a homologação das áreas indígenas, garantindo o acesso dessa população às áreas secas do Pantanal, hoje ocupadas por latifundiários.
- Combater a exploração dos povos indígenas nas fazendas e nas usinas de cana de açúcar.
- Tratar os casos de alcoolismo e de uso de drogas entre os indígenas como questão de saúde pública.
- Criar mecanismos populares de denúncia na região, a fim de evitar o abuso de poder e a intimidação das populações exploradas.
- Incentivar a constituição de delegacias regionais do Meio Ambiente, com a finalidade de fiscalizar e fazer cumprir as leis ambientais.
- Promover auditorias públicas e ampliar o debate sobre os grandes projetos de usinas, hidrovias, barragens e diques, a fim de prever claramente todos os impactos gerados com a implantação, e proibir que entrem em funcionamento os que comprovadamente apresentarem irregularidades, forem prejudiciais ao meio ambiente e às comunidades pobres.

Iniciativas existentes:

- PROFEAP – Projeto de educação ambiental para o Pantanal, que funciona em MS e MT.
- Projeto de construção de cisternas em regiões que enfrentam secas, devido à degradação ambiental, realizado pela Comissão Pastoral da Terra.

4 A Caatinga (Semi-Árido)



O bioma Caatinga tem área de 844.453 km², que corresponde a 11% do território nacional e 53% do Nordeste. Ocupa todo o Estado do Ceará e mais da metade do Rio Grande do Norte (95%), da Paraíba (92%), de Pernambuco (83%), do Piauí (63%) e da Bahia (54%), quase a metade de Alagoas (48%) e Sergipe (49%), além de pequenas porções de Minas Gerais (2%) e do Maranhão (1%). A população do Semi-Árido de hoje é de 17 milhões de habitantes, e dela faz parte a maior concentração de população rural do Brasil.

Os solos da Caatinga são rasos (0,60 metros, em média). A maior parte do subsolo (70%) é constituída de rocha cristalino, mas são significativas as regiões sedimentares, de solos mais profundos e com presença de importantes volumes de água. O que caracteriza tecnicamente o clima Semi-Árido é uma precipitação pluviométrica (quantidade de chuva – 750 milímetros por ano) menor que a evapotranspiração (perda de água devido à insolação – 3 mil horas de sol por ano). A temperatura é de 26 graus centígrados, em média.

O bioma Caatinga (“mata branca”, em tupi), que só existe no Brasil, é também o bioma mais desconhecido. Atualmente, são conhecidas na Caatinga 510 espécies de aves, 240 de peixes, 154 de répteis e anfíbios, 143 de mamíferos e mais de 900 espécies de plantas (eram apenas 50 em 1980). A Caatinga tem de 50 a 100 toneladas de biomassa por hectare, que podem absorver de 20 a 50 toneladas de carbono.

Promover a convivência com a Caatinga (Semi-Árido) brasileira, realizada pelos e para os povos desta região e em favor de todo o país.

Políticas a serem implementadas

- Favorecer as iniciativas consolidadas de convivência com o Semi-Árido brasileiro, que favoreçam melhores condições produtivas e econômicas para agricultura familiar e camponesa, exigindo uma ação do Estado com políticas públicas efetivas.
- Incentivar a recuperação, a multiplicação e o armazenamento de sementes nativas e dos animais e vegetações típicos. Sementes são resultado da cultura dos povos da região, que nela vivem há mais de doze mil anos.
 - Disseminar práticas de agricultura orgânica e agroecológica.
 - Rever o critério de zoneamento hoje utilizado pelo Estado para financiamento de crédito e seguro agrícolas, pois não reconhecem o saber e as experiências agroecológicas.
 - Garantir a formação e a orientação técnica dos agricultores(as) voltadas para a convivência com o Semi-Árido.
- Incentivar a construção de depósitos (cisternas) caseiros e comunitários de água da chuva para consumo humano e produção de alimentos (barragem subterrâneas, barreiros, mandalas, quintais produtivos etc.), estabelecendo uma nova relação com a água, privilegiando a de chuva.
- Evitar grandes projetos de transposição de águas de rios, de modo especial dos já ameaçados rios São Francisco e Parnaíba. Evitar a construção de novas grandes barragens, grandes projetos de irrigação, aquicultura (cacinicultura) etc., que reforçam o avanço do hidronegócio e do agronegócio.

- Assegurar a proteção e a revitalização de rios e nascentes.
- Combater as monoculturas (eucalipto, mamona, soja, cana-de-açúcar etc.) e as práticas que degradam a Caatinga (queimadas em geral, inclusive as da agricultura convencional, carvoarias etc) e a exploração do trabalho infantil e do trabalho escravo.
- Combater a desertificação, com conhecimento e aplicação dos recursos previstos em lei, criando condições de controle e fiscalização, e estímulo ao replantio de vegetação nativa da Caatinga.
- Criar mais Unidades de Conservação da Caatinga (apenas 0,45% da área do bioma se encontra em unidades).
- Desenvolver formas de democratização do acesso à água, desenvolvendo técnicas de irrigação poupadoras de água, que usam insumos naturais, pequenos açudes e outras práticas adequadas ao Semi-Árido e acessíveis à agricultura indígena e camponesa (de pequenos agricultores, quilombolas, pescadores e ribeirinhos).
- Favorecer o acesso de famílias camponesas à água de canais de irrigação e de reservatórios públicos, destinadas atualmente a grandes projetos privados.
- Fortalecer a participação popular e o controle social nos espaços de gestão hídrica.
- Redefinir a produção regional em vista da qualidade de vida da população, priorizando o consumo local (por exemplo, o abastecimento da merenda escolar com produtos da agricultura familiar camponesa).
- Investir no beneficiamento da produção através de iniciativas de transformação e pequenas indústrias.
- Resgatar as terras do latifúndio - via desapropriação e/ou ação discriminatória de terras públicas - e as utilizadas

pelas monoculturas do agronegócio, repassando-as à agricultura camponesa através de Reforma Agrária, incentivando seu uso num processo combinado de reflorestamento e de produção agroecológica de alimentos e criatório de pequenos animais.

- Construir, com a participação popular, políticas públicas para viabilizar a convivência com o Semi-Árido, incentivando a participação em conselhos e fóruns para acompanhamento e monitoramento dos grandes projetos, políticas públicas e órgãos públicos regionais (como o DNOCS e a CODEVASF).
 - Ampliar a disponibilidade de créditos agrícolas apropriados e diferenciados para o Semi-Árido;
 - Garantir recursos públicos para recuperação de áreas degradadas e/ou em processo de desertificação, preservação dos manguezais e das matas ciliares;
 - Ampliar pesquisas que permitam conhecer a diversidade do bioma Caatinga, voltada a oferecer melhores condições de vida à agricultura camponesa e aos povos do Semi-Árido.
 - Revisar as leis orgânicas municipais, exigindo que protejam as reservas de água, a partir de iniciativas populares organizadas; viabilizar política de saneamento ambiental, para evitar a degradação do meio ambiente;
- Construir uma política que se materialize num plano de educação contextualizada, respeitando os diferentes aspectos climáticos, sociais e culturais da região, levando em conta as experiências populares existentes (Escolas Família Agrícola, Encontros de Educação no Campo, RESAB – Rede de Educadores do Semi-Árido, etc.).
 - Incluir o estudo do bioma Caatinga no currículo das escolas;

- Tornar a educação nas cidades comprometida com a educação ambiental, voltada para uma outra compreensão da Caatinga e das cidades do Semi-Árido.
- Assegurar políticas públicas educacionais contextualizadas que colaborem para o desenvolvimento sustentável do Semi-Árido, valorizando os diferentes saberes e práticas dos povos da Caatinga;
- Promover ações educativas e culturais que valorizem os diferentes modos de viver do homem e da mulher da Caatinga na busca da superação das desigualdades de gênero, geração, preconceitos regionais, étnicos, raciais e de orientação sexual.
- Contribuir para criação de equipes de multiplicadores para fortalecer o trabalho das organizações sociais que atuam no Semi-Árido, priorizando o trabalho com a juventude;
- Reconhecer os conhecimentos populares sobre a saúde alternativa, com pesquisa e difusão de produtos e remédios naturais.
- Garantir a proteção das comunidades tradicionais da Caatinga (quilombolas, indígenas, ribeirinhas, brejeiras, de fundo de pasto, etc.), reconhecendo seu direito e suas identidades culturais. Garantir a estas comunidades a permanência na terra, autonomia social e auto-sustentabilidade.
- Promover reconhecimento e demarcação das terras dos povos indígenas e comunidades quilombolas para fortalecer o desenvolvimento e a autonomia econômica e sociocultural dos povos tradicionais.
- Fazer uma reforma urbana participativa, com planejamento diretor das pequenas e médias cidades do Semi-Árido.

- Realizar o saneamento das cidades a fim de evitar a poluição revitalizar de rios, córregos e lagoas.
 - Implementar política de urbanização que evite a construção nas margens dos rios.
 - Enfrentar os projetos de urbanização das orlas marítimas e pluviais que provocam grandes desequilíbrios ecológicos e a expulsão das comunidades de pescadores, ribeirinhos e outras.
 - Fiscalizar e punir as empresas poluidoras.
 - Promover melhoria de habitação e recuperação de moradias nas áreas rurais.
- Construir e incentivar redes solidárias de produção, beneficiamento, consumo e comercialização dos produtos da Caatinga.
 - Cuidar com carinho do rio São Francisco, realizando as seguintes medidas imediatas:
 - Que o governo federal paralise imediatamente o projeto de transposição do rio São Francisco;
 - Que a revitalização da bacia do São Francisco seja definida como prioridade de governo;
 - Que o povo do Semi-Árido, as populações ribeirinhas e as organizações sociais e profissionais que trabalham com e/ou estudam o tema sejam ouvidos e respeitados, fazendo, assim, parte do processo de decisão sobre do projeto;
 - Que um amplo e transparente debate sobre a transposição do rio São Francisco e seus impactos seja realizado em todo o país, com efetiva participação de organizações da sociedade civil, movimentos sociais, comunidade acadêmica e das populações a serem atingidas pelo projeto.

- Cuidar da sustentabilidade hídrica da Caatinga, com as seguintes medidas:
 - Construir malhas de distribuição sustentável das águas estocadas nos açudes do Nordeste Setentrional e das águas da bacia do São Francisco, para abastecer a população realmente necessitada de água para consumo humano e dessedentação animal, porque as duas regiões padecem da mesma necessidade;
 - Implementar o uso sustentável das águas subterrâneas no Semi-Árido;
 - Implementar uma minuciosa política de captação da água de chuva, baseada nas tecnologias sociais de eficácia comprovada, para consumo humano e para produção agropecuária;
 - Implementar uma Reforma Agrária inteligente e apropriada às condições do Semi-Árido. Não basta água, é preciso terra.

Iniciativas existentes:

- Campanha pela Convivência com o Semi-Árido (ASA – Articulação no Semi-Árido Brasileiro)
- Projeto “Uma Terra e Duas Águas” (P1+ 2) e “Um Milhão de Cisternas” (P1MC).
- Movimento pela Revitalização do São Francisco e contra a transposição.

Questões para aprofundamento:

- Perfuração (criteriosa) de poços artesianos e dessalinização das águas retiradas dos poços do Leste do Piauí, e de outras regiões que apresentem salinidade nas águas de solo e subsolo.
- Prós e contras a apicultura (abelha europeia africanizada), e controle sobre os grandes empreendimentos.

5 A Mata Atlântica

O bioma Mata Atlântica tem área de 1.110.000 km². Ocupa inteiramente três Estados: Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, e 98% do Paraná, além de porções de outros 11 Estados brasileiros: Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Goiás, Mato Grosso do Sul



Recuperar e revitalizar a Mata Atlântica, garantindo vida de qualidade para e com os que vivem, cultivam e trabalham nessa ampla região e em favor de todo o país.

Políticas a serem implementadas

- Garantir a demarcação das terras dos povos tradicionais e a sua soberania alimentar.
- Preservar seu meio ambiente, por meio de medidas de proteção e combater os que exploram madeiras e seres vivos de forma predatória, bem como os demais bens naturais e minerais e aos que implantam, sem levar em conta os impactos ambientais, projetos habitacionais, hoteleiros e turísticos nas praias e serras.
- Substituir pela agricultura camponesa o modo de produção das áreas hoje ocupadas pelo hidronegócio (a exemplo do cultivo de camarão e peixe) e pelo agronegócio (com monoculturas de soja, cana de açúcar, laranja, café, eucalipto, entre outras, e com criação extensiva de gado), através de Reforma Agrária, incentivando sua utilização num processo combinado de reflorestamento e de cultivo agroecológico de alimentos saudáveis.

- Recuperar os mananciais, as fontes de água potável e rios, através de políticas de despoluição, replantio das matas ciliares e redefinição de seu uso.
- Recuperar praias, mangues e ambientes marítimos e fluviais costeiros como bens naturais destinados a toda a população, reconhecendo as culturas e os direitos dos povos indígenas, das comunidades de pescadores, marisqueiros, agricultores que vivem e trabalham nas regiões costeiras do país.
- Repensar e replanejar, com a participação popular, as cidades construídas no bioma Mata Atlântica, tendo presentes suas potencialidades e limites. E, neste processo, garantir que cheguem à totalidade da população água encanada e tratamento de esgoto.

Mata Atlântica – Mar

- Promover a derrubada de construções ilegais na área costeira, garantindo a permanência das colônias de pescadores já existentes no local.
- Promover a conscientização da população para a defesa do meio ambiente.
- Tratar como prioridade as políticas públicas de saneamento, criando um sistema único de saneamento ambiental.
- Elaborar uma cartilha informando sobre todos os males causados ao meio ambiente pelos produtos químicos. Discutir também nesta cartilha os problemas causados pelo plantio de eucaliptos.
- Promover assembléias temáticas, locais e regionais, precedidas por cursos para a “formação de formadores”. Incentivar também a criação de redes para a formação.
- Acabar com os lixões.
- Criar um fórum permanente para fiscalizar o licenciamento e a construção de condomínios fechados e aterros sanitários.

- Promover políticas de crédito e incentivar os pescadores artesanais a se organizarem em cooperativas.
- Incentivar a produção de energia limpa – eólica e solar – em vez de construir hidrelétricas.

Mata Atlântica – Floresta de Pinhais

- Garantir o controle sobre a abertura de poços artesanais.
- Garantir que o aquífero Guarani seja gerenciado pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai em conjunto, e não pelo Banco Mundial, tendo em vista que a água é uma questão de soberania nacional. Cobrar o cumprimento das leis existentes nas legislações que abordam o tema.
- Substituir, na medida do possível, o uso de madeira por materiais recicláveis.
- Rever o atual modelo energético centrado na construção de grandes hidrelétricas, propondo a geração de energia através de fontes alternativas que preservem o meio ambiente. Manter estas fontes sob controle público.
- Conscientizar, formar e capacitar a população da Mata Atlântica sobre sua relação com o meio ambiente e com conjunto da sociedade, fortalecendo os valores humanistas.
- Exigir que os governos implementem políticas públicas e garantam recursos para saneamento básico no campo e na cidade, assumindo assim um compromisso com a vida e com a natureza.

Mata Atlântica - Serra

- Recuperar o rio São Francisco.
- Priorizar a utilização das ferrovias como meio essencial de transporte de pessoas e cargas.
- Pensar um outro modelo de desenvolvimento tecnológico, enfocando principalmente as matizes genéticas e a utilização de recursos renováveis.

6 O Pampa

O bioma Pampa tem área de quase 176.500 km². Ocupa 63% do território do Estado do Rio Grande do Sul. “Pampa” é termo de origem indígena e significa “região plana”. Esta denominação, no entanto, corresponde somente a um dos tipos de campo, mais encontrado ao sul do Estado do Rio Grande do Sul, atingindo o Uruguai e a Argentina. Outros tipos, conhecidos como Campos do Alto da Serra, são encontrados em áreas de transição com o domínio de araucárias. Em outras áreas, encontram-se, ainda, campos de fisionomia semelhantes à da savana. Os povos deste bioma têm cultura característica e são responsáveis pela designação genérica de toda a população do Estado como “gaúchos”.



Reorganizar o bioma Pampa em favor da qualidade de vida de toda a população desta região e de todo o país

Políticas a serem implementadas

- Substituir o modo de produção das áreas hoje ocupadas pelo agronegócio com monoculturas de soja, arroz e criação extensiva de gado pela agricultura camponesa através de Reforma Agrária, incentivando sua utilização num processo combinado de recomposição da vegetação original e de cultivo agroecológico de alimentos saudáveis.
- Recuperar as fontes de água potável, os rios e a lagoa dos Patos através de políticas de despoluição, replantio das matas ciliares e redefinição de seu uso.
- Eliminar a produção transgênica, como o caso da soja.
- Adotar medidas de controle da comercialização da água e sua exploração.

- Adotar políticas de industrialização, adequando a necessidade de busca de soberania alimentar e o potencial de matérias-primas.

MUTIRÃO POR UM NOVO BRASIL!

